

MONITOR FISCAL



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD

Agosto
2015



União acumula no primeiro semestre *deficit* primário de R\$ 2,8 bilhões, frente à meta de *superavit* de R\$ 55,3 bilhões para o ano. Diante desse desempenho, o Poder Executivo encaminha ao Congresso proposta de redução da meta para R\$ 5,8 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ JUNHO	A REALIZAR	PLN Nº 5/2015	
				META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	66,3	16,2	50,1	8,7	(7,5)
União	55,3	(2,8)	58,1	5,8	8,6
Governo Central	55,3	(1,9)	57,2	5,8	7,7
Estatais	0,0	(0,9)	0,9	0,0	0,9
Estados e Municípios	11,0	19,0	(8,0)	2,9	(16,1)

Fonte: Banco Central.

O resultado primário da União no primeiro semestre foi deficitário em R\$ 2,8 bilhões. Trata-se do menor valor para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1997.

Para que a meta do ano seja alcançada, é necessária uma economia de R\$ 58,1 bilhões no segundo semestre. Quanto aos demais entes, o *superavit* acumulado no primeiro semestre superou em R\$ 8,0 bilhões o valor estimado para o exercício.

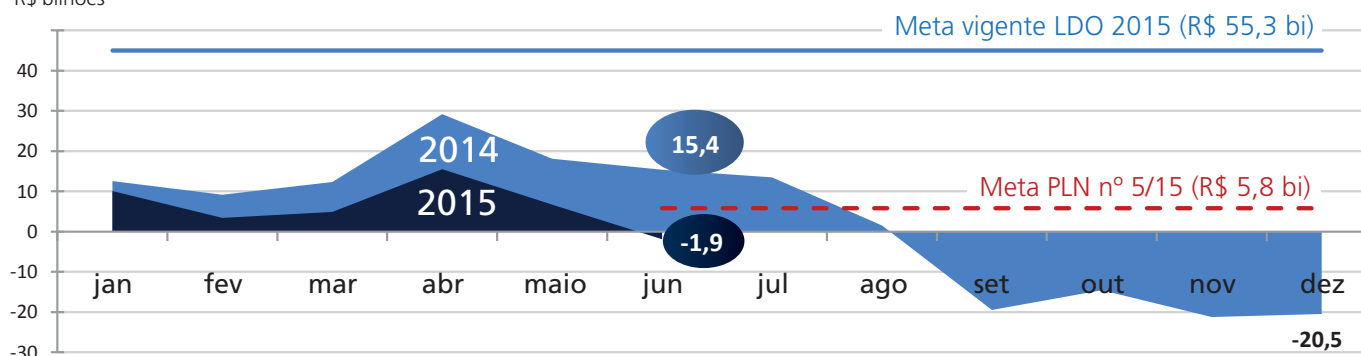
Diante desse desempenho, o Executivo encaminhou ao Congresso projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 5/2015), em que propõe:

- Redução da meta de *superavit* primário da União para R\$ 5,8 bilhões e dos Estados e Municípios para R\$ 2,9 bilhões;
- Possibilidade de compensação mútua entre as metas estabelecidas para a União e para os demais entes da Federação. Pela regra atual e nos anos anteriores, apenas a União poderia compensar eventual frustração dos demais entes; e
- Possibilidade de ampliar a redução da meta em até R\$ 26,4 bilhões (o que permitiria um *deficit* de R\$ 20,6 bilhões para a União), caso as receitas advindas da MP nº 685/2015, do PLS nº 298/2015 e das concessões e permissões não se realizem.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

Resultado primário acumulado no ano (2014 versus 2015)

R\$ bilhões



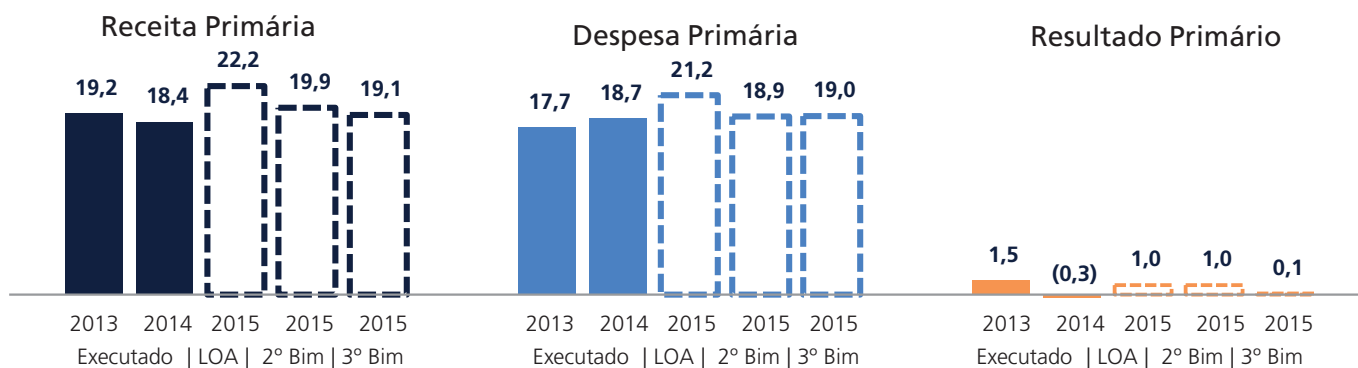
Fonte: Banco Central

Até junho, o *deficit* primário do governo central foi de R\$ 1,9 bilhão, valor R\$ 17,3 bilhões inferior ao verificado

no mesmo período de 2014. Em 2014, o resultado do exercício foi negativo em R\$ 20,5 bilhões.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias (2013 - 2015) - % PIB



Fonte: STN para valores executados; Relatórios de Avaliação do 2º e 3º bim. da SOF/STN para valores reestimados.

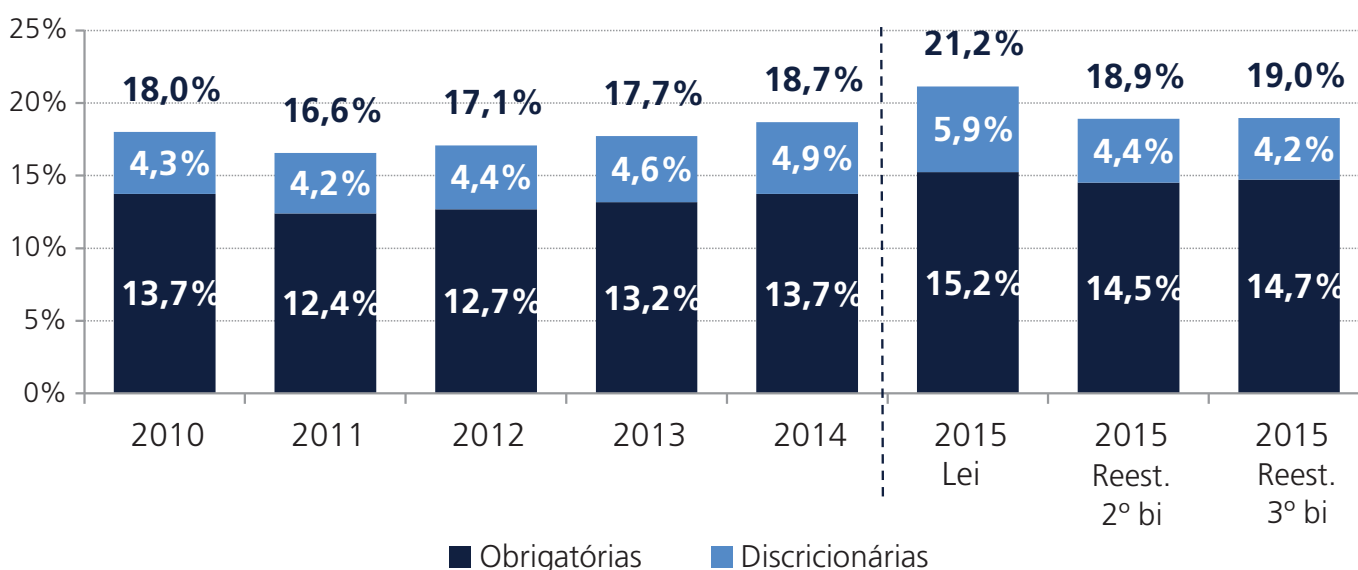
As reestimativas indicam um aumento da receita, entre 2014 e 2015, de 18,4% para 19,1% do PIB, enquanto a despesa deve crescer de 18,7% para 19,0% do PIB no mesmo período.

Destaca-se que a reestimativa atual do Executivo considera a meta de *superavit* de R\$ 5,8 bilhões (0,1% do PIB) constante do PLN nº 5/15.

Ponto sensível diz respeito à estimativa de arrecadação de receitas extraordinárias pela Receita Federal, tendo em vista o risco inerente de sua não realização. Na LOA 2015, essas receitas somavam R\$ 27,5 bilhões e, com a reprogramação do Poder Executivo, essa previsão foi elevada para R\$ 51,6 bilhões. Deste total, R\$ 21,4 bilhões dependem da realização das receitas advindas da MP nº 685/2015 e do PLS nº 298/2015.

D. DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL: OBRIGATÓRIAS X DISCRICIONÁRIAS

Despesas Primárias 2010 a 2015 (% do PIB)



Fonte: STN (2010 a 2014); Relatórios de Avaliação do 2º e 3º bim. da SOF/STN (Lei e valores reestimados).

*Discricionárias (2010 e 2014): composto pelos valores atribuídos a Legislativo, Judiciário, Créditos Extraordinários, PAC e Discricionárias do Executivo, segundo critério da STN.

Os dados para 2015 mostram que, pelo lado das despesas, as discricionárias são a principal variável de ajuste. Em proporção do PIB, o grupo passou de 5,9% na LOA 2015 para

4,2% na última avaliação. A estimativa para as despesas obrigatórias também é de queda, em proporção do PIB, mas em menor grau, de 15,2% para 14,7%.

E. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

R\$ bilhões

ITEM	2014		2015	
	EXECUTADO	LOA (A)	REESTIMADO 3º BIM.(B)	DIFERENÇA (B-A)
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.325,3	(122,5)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	213,7	(10,7)
I. Receita Primária Líquida	1.018,9	1.223,4	1.111,6	(111,8)
II. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.105,8	(62,3)
II.1 Despesas Obrigatórias	781,5	841,7	858,9	17,2
II.1.1 Benefícios da Previdência	402,1	436,3	438,9	2,6
II.1.2 Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	236,2	0,4
II.1.3 Demais	156,4	169,6	183,8	14,2
II.2 Despesas Discricionárias	270,1	326,4	246,9	(79,5)
II.2.1 Emendas Individuais	6,1	9,7	4,6	(5,1)
II.2.2 Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,3	(74,4)
III. Ajustes ¹	15,5	-	-	-
IV. Resultado Primário (I-II+III)	(17,2)	55,3	5,8	(49,5)

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF e Relatório de Avaliação do 3º bimestre da SOF/STN.

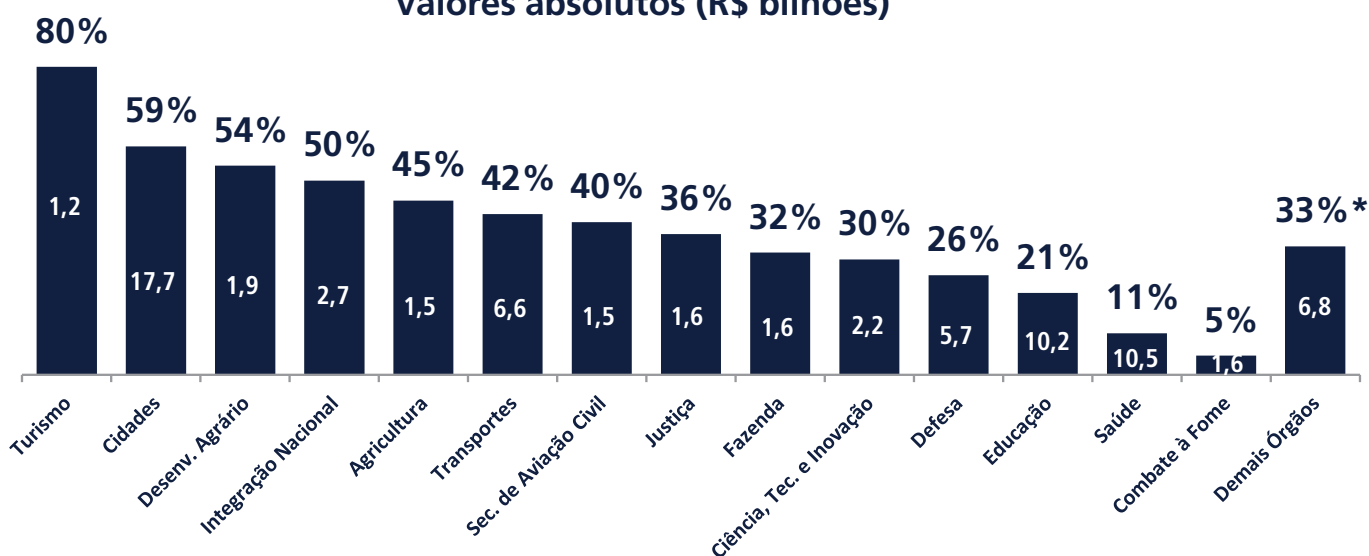
¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extraorçamentárias e empréstimos líquidos.

Após a avaliação do 3º bimestre, o Poder Executivo estima redução de R\$ 111,8 bilhões na receita primária líquida, o que a torna mais próxima do valor realizado em 2014 e reduz o excesso de autorizações constantes da LOA.

Essa redução, associada ao aumento de R\$ 17,2 bilhões de despesas obrigatórias, impôs à União contingenciamento adicional de R\$ 8,6 bilhões. Desse modo, a limitação das despesas discricionárias acumulada no ano já soma R\$ 79,5 bilhões, restando disponíveis para empenho R\$ 246,9 bilhões, dos quais R\$ 4,6 bilhões se referem a emendas individuais.

F. CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

Despesas discricionárias contingenciadas por órgão, em percentual e em valores absolutos (R\$ bilhões)



Fonte: Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.496/2015.

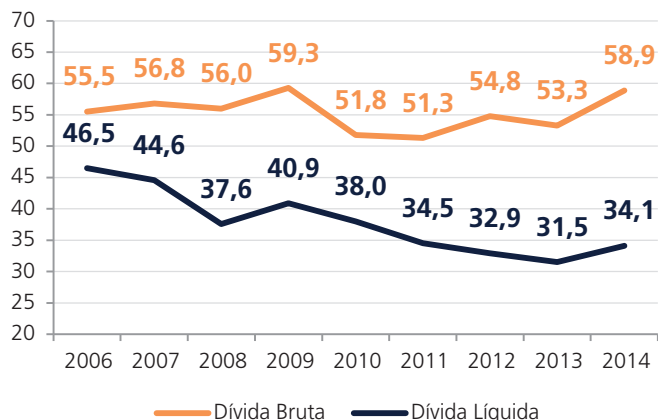
*Percentual médio de contingenciamento nos demais Órgãos.

Dos R\$ 79,5 bilhões contingenciados, R\$ 78,4 bilhões correspondem à limitação de empenho de despesas do Poder Executivo.

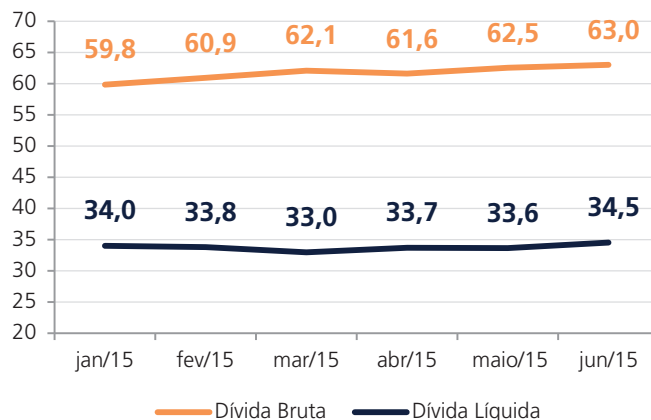
Em valores relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de 80% do valor aprovado na LOA. Em valores absolutos, os Ministérios mais atingidos foram, respectivamente, Cidades, Saúde, Educação e Transportes.

G. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO

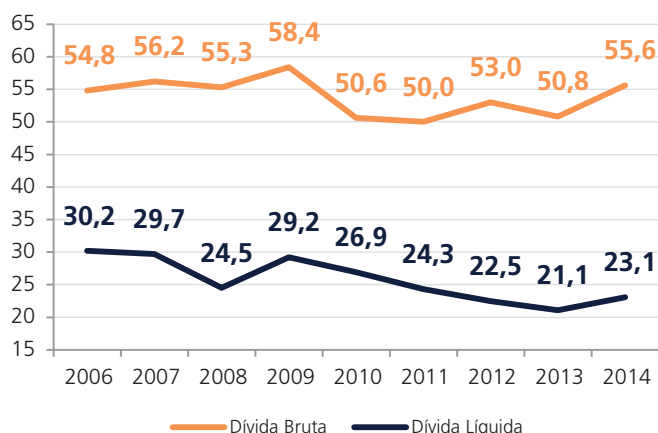
Setor Público Consolidado - 2006 a 2014



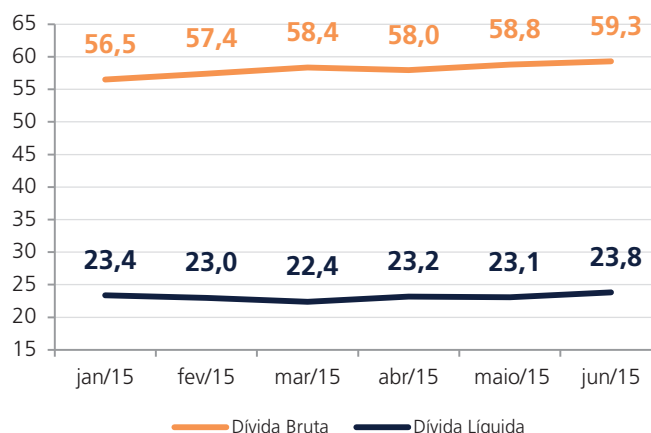
Setor Público Consolidado - 2015



Governo Federal - 2006 a 2014



Governo Federal - 2015



Fonte: Banco Central.

A dívida bruta do setor público consolidado acumula crescimento de 4,1 p.p. do PIB até junho de 2015 e atingiu 63% do PIB, maior nível desde 2006. A dívida líquida, por sua vez, embora tenha crescido em 2015, mantém-se em patamar próximo ao verificado nos últimos anos.

A dívida do setor público consolidado reflete, em boa medida, a evolução do endividamento do Governo Federal. A dívida bruta do Governo Federal cresceu, em 2015, 3,7 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, 59,3% do PIB. Já a dívida líquida alcançou, em junho, 23,8% do PIB, patamar esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
Arthur Falcão Freire Kronenberger
Daniel Veloso Couri
Ingo Antonio Luger
Marcia Rodrigues Moura
Paulo Roberto Simão Bijos
Túlio Cambraia